

A bolsa faz parte de um projeto de pesquisa que procura analisar, entre outras coisas, as relações sociais que permeavam a vida dos escravos que trabalhavam nas estâncias do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. Trabalho com processos crime que envolvem estes escravos campeiros, sendo a maioria da região de Piratini, Jaguarão e Bagé, entre as décadas de 1830 e 1860 (momento de transformações da sociedade brasileira, devido as leis antitráfico de 1831 e 1850).

Para analisar os processos crime que envolvem escravos, utilizo como recurso um formulário que preencho com as informações presentes nos processos que são relevantes pra o presente estudo, como os depoimentos e informações das testemunhas e réus e declarações das autoridades sobre o caso. É feita uma transcrição na íntegra das partes fundamentais para compreensão do andamento do processo, o que possibilita uma análise mais rigorosa de cada caso estudado. Para ter acesso a estes processos manuscritos, utilizo-me de fotos dos mesmos. Depois de feitas as transcrições necessárias e o preenchimento do formulário citado, releio-o procurando algumas questões que tenho por importantes dentro da temática proposta.

Consegui perceber que, normalmente, nos casos em que as vítimas são escravos, dificilmente o réu é condenado a grandes penas, sendo muitas vezes arquivado o processo sem muitas explicações. Acredito que isto demonstra a parcialidade da justiça, onde as redes de amizade que envolvem as autoridades tornam-se muito importantes para o andamento dos processos. Creio ser muito importante destacar algumas especificidades da escravidão no RS, como a convivência íntima que os escravos tinham com seus senhores e sua grande mobilidade espacial. Neste sentido, algo notável é que os escravos campeiros costumavam andar armados (com instrumentos cortantes necessários para seu trabalho), além de andarem a cavalo. Apesar de existirem casos de violência contra os senhores e fugas, muitos deles não fugiam, mesmo tendo acesso a cavalos (o que possibilitaria uma fuga mais rápida). Creio que isto é um reflexo do “paradigma ideológico colonial” da sociedade, no qual a escravidão era vista como algo natural, não havendo um apoio da população, até 1870, para fugas dos escravos.

Com os processos é fácil de perceber a grande mobilidade que os escravos tinham, dentro da estância que trabalhavam, e mesmo entre as estâncias vizinhas e a cidade. Muitos viajavam para outras cidades, muitas vezes sozinhos, para efetuarem comércio. Esta situação acarreta, a meu ver, uma percepção um pouco diferenciada do que fora a escravidão no Rio Grande do Sul. Diferentemente do que pensava a historiografia mais tradicional, a escravidão pode ser vista assim não apenas como violência, mas também como negociação diária entre o senhor e seus escravos, negociação esta que também estava presente no seio da comunidade negra. Cabe ressaltar que nesta negociação não está ausente o conflito, sem o qual acredito não ser possível compreender a estrutura escravista brasileira, correndo-se o risco de se acreditar em uma “escravidão branda” na província do Rio Grande do Sul, que traz consigo o mito da “democracia racial gaúcha”.